

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37161	49409/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



RESOLUÇÃO

Processo: 41311/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Fiscalização de operações urbanísticas - embargo parcial

Local da obra: Rua António Lourenço Martins, n.º 42 - Sequeira, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/35638 de 4 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Conforme informação que antecede, datada de 14.10.2025, a operação urbanística objeto de fiscalização encontra-se a ser executada em desconformidade com o projeto aprovado.

Ante o exposto, propõe-se seja determinado o embargo parcial dos referidos trabalhos, concretamente muro de vedação/empena e garagem, abrigo da norma da alínea b), do n.º 1 e n.º 5, do artigo 102.º-B, do RJUE, na sua redação atual.

Contudo, não havendo perigo de, entretanto as obras ficarem concluídas, propõe-se seja feita a audiência prévia dos interessados da intenção de embargo da obra, ao abrigo dos artigos 121.º e ss., do CPA, na sua redação atual.

Quanto à cobertura, uma vez que a mesma já se mostra executada, propõe-se a notificação do titular do processo urbanístico para proceder à correção dos trabalhos, conforme aprovado.

Uma vez que os factos constatados constituem infração contraordenacional nos termos das alíneas b) e c), do n.º 1, do artigo 98.º, do RJUE, foi elaborada a participação com o n.º PI-828-2025, faltando a PI quanto à alínea c). Assim, deverá o Agente Fiscalizador proceder em conformidade.

Deve ser dado o devido conhecimento aos Serviços da DGMT/DU/DAT e a todas as partes interessadas no processo, mantendo-se a monitorização da operação urbanística até efetiva reposição da legalidade urbanística.

À consideração superior.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

